

HABEAS CORPUS Nº 514.153 - BA (2019/0162023-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RAUAN DOS SANTOS SOARES E OUTRO
ADVOGADOS : RAUAN DOS SANTOS SOARES - BA053850
JOÃO BEZERRA NETO - BA006905
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : VINICIUS MONTEIRO DE ANDRADE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VINICIUS MONTEIRO DE ANDRADE contra decisão do Desembargador Relator que indeferiu medida de provimento urgente formulado no HC n.º 8009686-98.2019.8.05.0000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 31/01/2019, pela suposta prática dos ilícitos tipificados no art. 157, § 2.º, incisos II e III, e § 2.º-A, inciso I, c.c. o art. 14, inciso II, e no art. 288, todos do Código Penal, pelos quais foi denunciado, pois, em concurso com outros 04 (quatro) agentes, integraria *"uma quadrilha especializada em roubo à instituição financeira, da qual os conduzidos admitiram fazer parte além de admitirem participação (...) numa tentativa de roubo ocorrida no bairro de Fazenda Grande do Retiro"* (fl. 330).

A segregação flagrancial foi relaxada pelo Juízo singular por entender que a prisão em flagrante *"não foi corretamente efetuada, já que ocorrida fora das hipóteses previstas no art. 302 do CPP"*, na mesma assentada em que decretou a custódia cautelar do Paciente (fls. 330-331).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que indeferiu o pedido liminar.

No presente *writ*, a Parte Impetrante alega, em suma, que a Súmula n.º 691/STF precisa ser superada para que se delibere acerca da situação processual do **Paciente, que estaria sofrendo constrangimento ilegal: (i) por excesso de prazo na formação da culpa**, uma vez que, embora esteja custodiado desde 31/01/2019, o Ministério Público somente teria apresentado denúncia em 22/03/2019 e o Juízo Singular **não** teria recebido a exordial acusatória até a presente data; (ii) pois já teriam sido formulados 03 pedidos de relaxamento de prisão e impetrado 02 *habeas corpus*, sem que

fossem decididos, tendo em vista a ocorrência de uma eventual "*ciranda jurídica*" – o Auto de Prisão em Flagrante teria tramitado "*perante a 13.ª Vara, Vara de Crimes Organizados, 5.ª Vara Criminal e por fim para a 8.ª Vara Criminal*". O feito teria sido "*devolvido para a 5.ª Vara Criminal e esta se considerou incompetente e suscitou ao Tribunal de Justiça o conflito negativo de competência*" (fl. 06); e (iii) tendo em vista que, embora o Paciente tivesse sido preso com outras 04 pessoas, um dos corréus teria sido "*posto em liberdade na audiência de custódia*" e outros dois teriam tido a prisão preventiva relaxada por excesso de prazo.

Requer, em medida liminar e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (HC 373.455/AgRg-SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe de 28/11/2016; HC 376.893/AgRg-SE, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 24/11/2016; HC 298.009/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe de 04/09/2014; HC 349.829/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe de 01/08/2016, v.g.).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve-se preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência, para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da

Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, apesar de ser considerável o suscitado período de prisão preventiva da Paciente, sem que tenha havido o recebimento da denúncia, **vejo que não constam, nos autos, elementos esclarecedores suficientes acerca da referida alegação.**

Assim, sem que sejam prestados esclarecimentos pormenorizados do feito pela Instância de origem – **sobretudo consignando informações atualizadas acerca do julgamento do suscitado conflito negativo de competência da ação penal movida contra o Acusado** –, não há como se avaliar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se, **urgentemente**, informações pormenorizadas ao Juízo singular e ao Tribunal de origem relacionadas ao caso em concreto, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora